|  |
| --- |
| RELAÇÃO DE DOCUMENTOS |
| DOCUMENTOS PESSOAIS – TITULAR E AVALISTA(S) (ORIGINAIS) |
| * CPF e documento oficial de identificação com foto (RG/CNH/CTPS), inclusive do cônjuge; * Certidão de Casamento / Divórcio / União Estável / Óbito, conforme o caso * **DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf acompanhado do extrato** * Comprovante de endereço na zona urbana do município:   + Imóvel Próprio: Conta de água, energia, telefone fixo ou móvel, IPTU, fatura de cartão de crédito, conta de TV por assinatura, endereço constante da Declaração do Imposto de Renda (atualizado e com CEP); ou   + Imóvel Alugado: Contrato de aluguel acrescido do comprovante de endereço do imóvel alugado (atualizado e com CEP) em nome do proprietário; ou   + Declaração de Residência/Cessão: Formulário Disponível no Site da AFEAM, acrescido do comprovante de endereço (atualizado e com CEP) e RG do proprietário do imóvel cedido. * Declaração de IRPF completa do exercício anterior com recibo de entrega ((*Produtores com RBA acima de R$ 142.798,50 ou posses acima de R$ 300.000,00*); * Projeto do Idam, com declaração de enquadramento na Lei nº 5.422/2021 como atividade de pequeno potencial poluidor e degradador. * INDÍGENAS - Autorização emitida pela FUNAI para o desenvolvimento da atividade a ser financiada. |
| DOCUMENTOS DO IMÓVEL – ORIGINAIS (APENAS UMA DAS OPÇÕESABAIXO) |
| * Documentos de propriedade do Imóvel Rural (Registro do Imóvel); * Documentos de Posse (Título Definitivo) ou Escritura Pública, Contrato de Arrendamento/Comodato (Com assinaturas reconhecidas em cartório); * Requerimento de Regularização Fundiária de área da União (expedido pelo INCRA/SUFRAMA)**;** * Documento de ocupação regular de área do Estado emitido pela Secretaria de Estado de Política Fundiária – SPF, ou protocolo de requerimento de regularização; * Declaração de habitantes de Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Extrativistas e Florestais em situação regular (expedido por órgão responsável pela Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Extrativista e Florestas Nacionais); * Relação fornecida pelo Incra de beneficiários do projeto de assentamento, no caso de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) enquadrados nos Grupos “A” e “A/C” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); ou * **DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF acompanhada do extrato.** |
| DOCUMENTOS AMBIENTAIS |
| □ Cadastro Ambiental Rural - CAR ou Recibo de Inscrição no CAR e Demonstrativo do CAR; |
| INVESTIMENTO |
| * 01 (uma) carta proposta para aquisição de máquinas, equipamentos, implementos e etc. * Construções rurais: Orçamento e planta baixa simplificada (CROQUI) anexos ao Projeto Técnico. |
| COMPROVANTE DE DADOS BANCÁRIOS |
| □ Conta corrente em qualquer banco ou Conta Poupança no Bradesco em nome do titular;  Observação: Não serão aceitas contas Salário, Beneficio / INSS ou Universitária. |

Lei nº 5.698, de 24 de novembro de 2021 – Data da vigência: 31/12//2021 até 31/03/2022

|  |
| --- |
| DOCUMENTAÇÃO DE GARANTIA |
| VEÍCULOS/EMBARCAÇÕES/MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS |
| * Máquinas e Equipamentos: Apresentar NotaFiscal. * Veículos: Apresentar o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo –CRLV. * Embarcações:   + Registro do Cartório Marítimo acompanhado da Certidão de Registro;   + Título de Inscrição da embarcação na Capitania dos Portos da Região. |
| ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS E HIPOTÉCA |
| * Certidão Narrativa de Matrícula, Registro e Averbações; * Certidão Negativa de Débitos Imobiliários - emitida pela Prefeitura do Município, onde está localizado o imóvel, em validade ou Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural – emitida pela Receita Federal do Brasil, em validade; * Certidão de quitação de débitos condominiais expedida pela administradora do empreendimento (em casode imóvel situado em condomínio); * Certidão Negativa Cível e Criminal do proprietário do imóvel (pessoa física ou jurídica), expedida pelosTribunais; * Georeferenciamento (Imóveis com área superior a 1,0 ha); * Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR.   + Será cobrada previamente tarifa de avaliação de acordo com a tabela vigente;   + O imóvel não poderá ser BEM DE FAMÍLIA; |
| PROJETO TÉCNICO |
| * Projeto de Viabilidade Técnica e Economica (Descritivo); * Orçamento das construções civis em caso de investimento; * Cronograma físico-financeiro do projeto (desembolso e reembolso); * Orçamento de aplicação detalhado (da atividade financiada); * Laudo de vistoria com relatório fotográfico; |
| OBSERVAÇÕES:   1. OS DOCUMENTOS DEVEM SER ENTREGUES NO ESCRITÓRIO LOCAL DO IDAM. 2. OUTROS DOCUMENTOS PODERÃO SER SOLICITADOS DURANTE A ANÁLISE DA PROPOSTA; 3. SERÁ EXIGIDO SEGURO TOTAL DOS BENS DADOS EM GARANTIA; 4. DOCUMENTO PASSÍVEL DE ALTERAÇÃO. 5. PORTARIA IPAAM Nº 88/20 –CLASSIFICA AS ATIVIDADES CONSIDERADAS COMO DE PEQUENO POTENCIAL POLUIDOR E DEGRADADOR, QUANDO EXERCIDAS POR AGRICULTORES FAMILIARES. |

Lei nº 5.698, de 24 de novembro de 2021 – Data da vigência: 31/12//2021 até 31/03/2022